



Concept Note: contribuições para o Programa Eco Invest 4

Junho de 2026

Sobre o Nature Investment Lab

O Nature Investment Lab é um laboratório colaborativo projetado para atrair e dimensionar investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (NBS). Reúne o setor privado, as finanças, o governo e a sociedade civil para impulsionar investimentos e ações climáticas impactantes na agricultura regenerativa, na restauração florestal e na bioeconomia. O Nature Investment Lab é uma rede colaborativa fundada por Banco do Brasil, BNDES, GFANZ, Instituto Clima e Sociedade (iCS) e Instituto Itaúsa, com liderança executiva e estratégica conduzida pela Climate Ventures.

O NIL implementa sua estratégia por meio de três forças-tarefa multidisciplinares, cada uma com seus objetivos, escopo e agenda:

1. **Restauração da vegetação nativa** (incluindo reflorestamento e florestamento), restauração em terras privadas e restauração em terras públicas sob concessão;
2. **Bioeconomia**, que abrange o manejo sustentável da vegetação nativa, como produtos florestais não madeireiros, sociobioeconomia e biotecnologia; e
3. **Agricultura regenerativa**, abrangendo os sistemas agroflorestais, a conversão de pastagens degradadas e a produção de insumos biológicos agrícolas e fertilizantes verdes.

Para mais informações, acesse: <https://natureinvestmentlab.org/>

Sumário

Introdução	3
Contribuições do NIL ao Leilão 4	4
Alocação de Capital Análise Setorial	4
Agregadores	5
Instrumentos Financeiros	5
Mecanismos de Incentivo (Linha Adicional)	
5	
Mecanismos de Incentivo (Participação dos Agregadores)	5
Conclusão	6

Introdução

Investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (SbN) têm potencial para gerar oportunidades econômicas relevantes, criar empregos qualificados e desempenhar papel central na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No Brasil, esse potencial se traduz de forma concreta: ações robustas de conservação e restauração contribuem de maneira decisiva para o cumprimento das metas nacionais de redução de emissões.

Ainda assim, as SbN permanecem subfinanciadas globalmente. Três desafios em particular limitam a entrada de capital privado de longo prazo nesse mercado: a necessidade de instrumentos que cubram riscos cambiais e de performance; a elevada demanda por capacidade de estruturação de projetos e assistência técnica; e o estágio de maturidade ainda heterogêneo das cadeias produtivas ligadas à restauração, à bioeconomia e à agricultura regenerativa.

Foi para enfrentar justamente esses desafios que o Ministério da Fazenda concebeu o Programa Eco Invest Brasil, Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, no âmbito do Plano de Transformação Ecológica (PTE). O programa combina blended finance, proteção cambial e leilões competitivos para reduzir barreiras históricas à atração de investimento privado de longo prazo no país. Ao oferecer mecanismos que mitigam a volatilidade cambial e alavancam capital privado a partir de recursos públicos catalíticos, o Eco Invest inaugura um novo paradigma de política pública: o Estado passa a atuar como gestor de riscos e facilitador de mercado, não apenas como financiador direto.

Desde seu lançamento em 2024, o programa vem sendo testado e aprimorado por meio de rodadas sucessivas de leilões temáticos. O primeiro serviu como prova de conceito e mobilizou mais de R\$ 44 bilhões em investimentos totais para a economia verde. O segundo, em 2025, consolidou o modelo ao direcionar R\$ 30,2 bilhões para a recuperação de terras degradadas, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis em diferentes biomas. O Leilão 3 avançou ainda mais, concedendo R\$ 15 bilhões de capital subsidiado para viabilizar R\$ 52 bilhões em investimentos corporativos. Já o Leilão 4 consolidou a maturidade regulatória do programa: mobilizou R\$ 13,2 bilhões para os eixos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura habilitante, marcando a primeira vez que o certame incorporou as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia. Em uma dinâmica altamente competitiva, na qual o Tesouro Nacional elevou a régua de corte e aceitou apenas metade das ofertas apresentadas pelas instituições financeiras, o leilão garantiu também uma forte pegada territorial: cerca de R\$ 9 bilhões, ou 70% do valor total, foram destinados especificamente à Amazônia Legal.

Este documento apresenta a contribuição técnica do Nature Investment Lab (NIL) para o Leilão 4 do Eco Invest, detalhando as recomendações propostas pelo NIL durante o processo de formulação e como elas foram consideradas e incorporadas ao desenho do leilão. O objetivo é registrar a natureza dessas contribuições técnicas e apontar os avanços regulatórios e operacionais que fortalecem a efetividade do programa, tanto na mobilização de capital quanto no desenvolvimento socioambiental de base para as SbN.

Contribuições do NIL ao Leilão 4

O Nature Investment Lab (NIL) participou do processo de aprimoramento técnico e regulatório do quarto leilão do Programa Eco Invest Brasil, com contribuições que resultaram em avanços significativos na arquitetura financeira, na governança operacional e na capacidade do programa de mobilizar capital privado para setores estratégicos da transição ecológica. As sugestões apresentadas pelo NIL buscaram ampliar o alcance e a flexibilidade do mecanismo, aproximando-o das necessidades reais das cadeias de valor associadas às Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e dos objetivos do Plano de Transformação Ecológica (PTE).

Alocação de Capital | Análise Setorial

O NIL atuou no refinamento das atividades elegíveis dentro dos eixos do programa, contribuindo para que o desenho regulatório do Leilão 4 refletisse com maior precisão a realidade operacional e as barreiras de mercado das SbN. Entre as contribuições acolhidas no desenho final do leilão, destacam-se:

Reestruturação da bioeconomia, com o reenquadramento do setor de produtos florestais (madeireiros e não madeireiros) para o eixo de Restauração Produtiva, eliminando sobreposições com a sociobioeconomia e dando mais clareza às teses de investimento.

Inclusão da agricultura familiar de baixo impacto, garantindo a elegibilidade de atividades tradicionais e agroecológicas de pequena escala voltadas à segurança alimentar e posicionando o agricultor familiar como beneficiário final do capital catalítico.

Fortalecimento da cadeia de insumos nativos, com a incorporação da produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal certificada ao escopo de Restauração Produtiva, estruturando a base da cadeia de reflorestamento.

Abertura para bioinsumos emergentes, assegurando o enquadramento de insumos originários de biomas sensíveis, como mangues e oceanos, na atividade geral de bioinsumos e viabilizando a substituição de insumos químicos industriais.

Expansão do turismo ecológico sustentável, ampliando o escopo do setor além da hotelaria para incluir infraestrutura de suporte no entorno, conservação e restauração de patrimônios históricos locais, e obras habilitantes de adequação logística, conectividade e saneamento básico.

Infraestrutura habilitante e circularidade, consolidando a elegibilidade de estruturas multipropósito (geração distribuída de energia renovável e smart grids) e de projetos de coprocessamento de resíduos industriais e do agronegócio dentro do eixo de gestão de resíduos sólidos.

Agregadores

O NIL colaborou na calibração do papel das plataformas agregadoras e gestoras de fundos de impacto, defendendo sua atuação como agentes estruturadores de cadeias produtivas. O Leilão 4 incorporou esse direcionamento ao cancelar, por meio do manual operativo e das portarias regulamentares, a permissão explícita para que esses

veículos financeiros acessem e utilizem recursos específicos voltados à prestação de assistência técnica e capacitação nas comunidades e cadeias apoiadas.

Instrumentos Financeiros

Com o objetivo de otimizar a mitigação de riscos e atrair o investidor privado de longo prazo para projetos de maior complexidade, o NIL contribuiu para a validação do conceito de capital catalítico estruturado em camadas. O desenho do leilão acolheu o princípio de que a participação pública pode ocorrer via cotas subordinadas (*first loss*) em fundos estruturados. Esse alinhamento confere aos bancos participantes a flexibilidade necessária para desenhar estratégias que absorvam as primeiras perdas operacionais e de crédito, elevando a atratividade das cotas seniores para o mercado de capitais.

Mecanismos de Incentivo (Linha Adicional)

Uma das principais contribuições do NIL foi o desenho e o direcionamento estratégico dos recursos oriundos da linha adicional de incentivos. O regulamento do Leilão 4 consolidou uma lista abrangente de destinações elegíveis propostas pelo laboratório, garantindo que o *floating* financeiro gerado seja revertido em infraestrutura básica e em robustez institucional para as pontas das cadeias de SbN. Os recursos foram autorizados para:

- Projetos de regularização fundiária, tributária e regulatória de produtores locais, eliminando barreiras históricas de bancarização;
- Infraestrutura habilitante de pequena monta, como soluções capilares de saneamento, internet rural e pontos de captação de água;
- Programas de capacitação técnica, educação financeira e profissionalização da gestão de negócios comunitários e cooperativas;
- Financiamento de estudos de viabilidade técnica, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e diagnóstico de riscos socioambientais;
- Planos integrados de desenvolvimento para o turismo ecológico.

Mecanismos de Incentivo (Participação dos Agregadores)

O NIL defendeu a participação ativa das instituições locais e das plataformas agregadoras no ecossistema dos mecanismos de incentivo. O desenho final do Leilão 4 incorporou essa visão ao adotar uma governança compartilhada e equilibrada: a definição, o direcionamento estratégico e a construção das iniciativas de assistência técnica passam a ser feitos de forma colaborativa junto aos agregadores (cooperativas, ONGs e gestoras de impacto), garantindo maior aderência às necessidades reais de cada comunidade. Em linha com as salvaguardas prudenciais do programa, a custódia e a gestão financeira desses recursos permanecem centralizadas nas tesourarias das instituições financeiras parceiras, o que otimiza a geração de rendimentos que custeiam os próprios incentivos.

Conclusão

Em linha com o objetivo do Eco Invest Brasil de fomentar o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono, a contribuição técnica do Nature Investment Lab ao Leilão 4 buscou expandir as fronteiras do programa, tornando-o mais aderente às especificidades operacionais das Soluções Baseadas na Natureza (SbN). Centradas na expansão de atividades elegíveis da bioeconomia, no fortalecimento da infraestrutura habilitante e na proteção de recursos para capacitação de longo prazo, as recomendações do NIL reduzem de forma expressiva o risco regulatório e técnico dos projetos na ponta.

A incorporação desses avanços estruturais e setoriais ao desenho final do Leilão 4 consolida o Eco Invest como o principal instrumento de blended finance da política climática brasileira. Olhando para os próximos passos, o NIL reforça seu compromisso em colaborar ativamente na próxima etapa do programa, apoiando a construção dos manuais operativos e a definição de protocolos metodológicos específicos para a mensuração e o inventário de carbono na agricultura tropical, de modo a garantir que o capital mobilizado se converta em ativos climáticos robustos, rastreáveis e de alto valor ecológico.